

Legislação aplicável

Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de março,
republicado pelo Decreto-Lei
n.º 33/2014, de 4 de março.
Código Penal.

AVISO

Encerramento administrativo imediato e urgente do estabelecimento de apoio social sem denominação

O Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social, IP, confirmou o encerramento administrativo imediato e urgente do estabelecimento de apoio social sem denominação, com as seguintes características:

- exercia a atividade de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas;
- com fins lucrativos;
- não estando licenciado;
- funcionava sob a propriedade de Maria Rosa da Cunha Moreira Eira;
- estava instalado em Travessa das Lavouras, n.º 7, 4505-462 S. Martinho do Lobão (concelho de Santa Maria da Feira, distrito de Aveiro).

*artigos 35.º e 36.º do
Decreto-Lei n.º 64/2007,
de 14 de março*

*artigo 40.º, n.º 1, alínea
b), e n.º 3, do Decreto-
Lei n.º 64/2007, de 14
de março*

Defesa dos direitos e da qualidade de vida dos utentes

O Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social, IP, confirmou o encerramento através da Deliberação n.º 168/2019, de 29 de agosto de 2019, que ratificou o despacho de 08/08/2019, do Diretor da Unidade de Fiscalização do Centro. Esta deliberação foi tomada porque o estabelecimento estava em atividade com deficiências graves nas condições de instalação, segurança, funcionamento, salubridade, higiene e conforto, representando um perigo atual e iminente para os direitos dos utentes e a sua qualidade de vida.

*artigos 35.º e 36.º do
Decreto-Lei n.º 64/2007,
de 14 de março*

Consequências do incumprimento da deliberação

Caso o estabelecimento seja reaberto ou a atividade de apoio social continue de forma ilegal, o/a responsável será sujeito/a a procedimento criminal pelo crime de desobediência.

*artigo 348.º, alínea b),
do Código Penal*



SEGURANÇA SOCIAL

CONSELHO DIRETIVO



INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.

Este aviso deve estar afixado durante 30 dias

Quem impedir a sua afixação será sujeito a procedimento criminal pelo crime de resistência ou coação sobre funcionário. Quem o remover deliberadamente antes do fim do prazo de 30 dias será sujeito a procedimento criminal pelo crime de arrancamento, destruição ou alteração de editais.

*artigo 40.º, n.º 3, do
Decreto-Lei n.º 64/2007,
de 14 de março
artigos 347.º e 357.º do
Código Penal*

Lisboa, 29 de agosto de 2019

Rui Fiolhais
Presidente